

Projeto nasceu sem debate e bases não apóiam

O projeto que cria o Estado de Brasília não nasceu sob nenhuma forma de sugestões de personalidades da cidade. Quem garante é o próprio autor da emenda, senador Odacir Soares, que explicitou a sua iniciativa simplesmente pela preocupação que sempre teria mantido em relação ao futuro da capital da República.

O parlamentar por Rondônia — que por sinal encontra-se em campanha aberta ao governo daquele Estado — entende que a capital da República, secundando os pensamentos tradicionais sobre a matéria, deve estar imune aos movimentos políticos. Não é à-toa que a sua proposta retira de todos os moradores da RA-1 o direito de eleger seus representantes a nível de Congresso Nacional. E bem verdade que Odacir Soares acha viável que os eleitores da RA-1, transfiram seu títulos para algum município do novo Estado, mas neste caso, eles ficariam na mesma situação do eleitor de Brasília que, para não ver o seu título inutilizado, transfere o seu domicílio para as cidades vizinhas de Goiás.

Para o senador por Rondônia, pelas dimensões de seu território, o Brasil precisa de dividir cada vez mais. O Estado de Brasília, de acordo com o seu entendimento, seria um passo importante na dinamização político-econômica das cidades-satélites, trazendo, com isso, o desenvolvimento da região.

Mesmo sem contar com o apoio de grupos organizados na cidade, Odacir Soares vai deflagrar, a partir do próximo mês, uma ampla campanha em favor de sua emenda. O primeiro pas-

so é levar suas idéias para as Associações Comerciais, de onde, espera, elas poderão atingir outros segmentos da sociedade.

ATE UMA UNIVERSIDADE

O projeto do senador Odacir Soares não deixa de ser bastante original, apesar de ser extremamente polêmico. Inicialmente, ele parte do princípio do desmembramento da Região Administrativa número 1, compreendendo, ao mesmo tempo, o Plano Piloto, Guarás, Cruzeiros, Núcleo Bandeirante e todo o lago. Neste caso, o novo Estado ficaria apenas com cinco municípios (Taguatinga, a capital, Planaltina, Gama, Sobradinho e Brasília), além de um controle especial que manteria sobre as regiões administrativas Paranoá (VII) e Jardim (VIII).

Odacir Soares não quis adiantar outros aspectos de seu projeto mais abertamente, mas para ele, os municípios do entorno podem optar pelo novo Estado sacrificando suas unidades de origem. Para isso bastaria uma decisão da Câmara dos Vereadores (o plebiscito segundo o autor do projeto não seria necessário) e depois uma ratificação da Assembléia Legislativa.

Para não emperrar a máquina, Odacir Soares propõe inúmeras medidas alternativas e de médio prazo de duração. Enquanto o novo Estado não funcionasse plenamente, todos os poderes atuais do GDF continuariam contribuindo para a sua consolidação. Os próprios servidores poderiam fazer uma opção entre o novo Estado e o GDF.

Para a sua sobrevivência, o

Estado de Brasília teria seus recursos consignados em orçamentos da União. Esta, por outro lado, implantaria, no mínimo em 5 anos, o programa de desenvolvimento de Brasília.

No plano político, algumas inovações foram propostas. A Assembléia Constituinte seria eleita em 15 de janeiro de 1986 e empossada no dia 5 de janeiro de 1987, quando seria instalada. Ela acumularia as funções de Poder Legislativo Ordinário. A Assembléia teria 180 dias para promulgar a Constituição do Estado.

Além do mais, pelo projeto, o presidente da República criaria compulsoriamente a Universidade Federal do Estado de Brasília, superando burocraticamente a UnB.

UMA LOUCURA

Mesmo reconhecendo não estar a par de detalhes do projeto, o presidente do Sindicato dos Comerciários, José Neves Filho, parte do princípio de que qualquer iniciativa do legislativo sem prévia consulta à população "morre no nascedouro". "Deixar uma parte da população ilhada é odioso, pois significaria implantar a segregação política dentro do próprio Distrito Federal".

O presidente do Sindicato dos Professores classifica o projeto do senador nortista "de diversionista da representação política". Sempre lembrando que a maior parte dos trabalhadores das satélites trabalha no Plano Piloto, Libério Pimentel vê na iniciativa uma "proposta artificial e elitista".

O líder bancário, Augusto Sil-

veira, além de reforçar os argumentos contrários ao projeto, vai mais além. Na sua opinião, o Distrito Federal possui hoje uma forte unidade administrativa e a tentativa para se quebrar este elo só poderia trazer desconfianças. Já o diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Edgar Vieira, acha que o projeto só teria sentido se ele integrasse no Estado de Brasília cidades como Anápolis, Pires do Rio e todos os municípios da geoeconômica.

A postura do empresariado em relação ao projeto também não é das mais favoráveis. Se de um lado, Lindberg Aziz Curi, presidente da Associação Commercial do Distrito Federal, vê na idéia de Odacir Soares "Alguns aspectos interessantes", o empresário Benedito Domingos só vê a representação política como saída. Além de desmistificar a idéia de que apenas o Plano Piloto é capital da República, Benedito Augusto Domingos, admite que as cidades-satélites não querem participar de um novo Estado, mas simplesmente ocupar, proporcionalmente ao seu peso político, cargos de 1º e 2º escalões do GDF.

O presidente da OAB, Maurício Corrêa, classifica o projeto de criação do Estado de Brasília extemporâneo "Todas as questões de fundo devem ser dirigidas — revela Maurício — à Constituinte, mas assegurando-se com antecedência a representação dos brasiliense no Congresso já agora em 86". Na Constituinte, segundo Maurício Corrêa, algumas idéias de Odacir Soares poderiam até mesmo ser aproveitadas.